

'A CPI confundiu política pública com irregularidade'

• SÃO PAULO. O ex-ministro da Fazenda Pedro Malan declarou-se indignado com o pedido de indiciamento do ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco feito pela CPI do Banestado. De acordo com Malan, as decisões tomadas por Gustavo Franco na sua gestão à frente do banco foram, sim, referendadas por ele e pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e, portanto, a responsabilidade não poderia nunca ter sido atribuída a uma única pessoa. "Foram decisões que todo governo toma e não configuram irregularidade", alertou Malan em entrevista ao GLOBO, por telefone.

Fernanda Medeiros

O GLOBO: Como o senhor vê o indiciamento de Gustavo Franco?

PEDRO MALAN: Não só eu, mas todas as pessoas com quem conversei durante o dia estão indignadas com a forma com que o indiciamento foi feito. Isso não tem sentido. A integridade, o caráter e a honestidade do Gustavo Franco são inquestionáveis e do conhecimento de todos. Seus atos representaram decisões comuns, que

todo o governo toma. A CPI confundiu política pública com irregularidade e é preciso separar as coisas. A responsabilidade não pode ser atribuída a uma única pessoa.

• O senhor acredita que o ato configura algum tipo de retaliação ao governo FH?

MALAN: Sinceramente, eu prefiro não

especular. Enquanto eu não entender o que aconteceu, prefiro não pensar sobre o que levou a isso. De qualquer forma, eu, que vi o depoimento dele na CPI, e vi como tudo foi explicado, esperava que não houvesse dúvidas a respeito da natureza dos atos. Para mim, foi uma surpresa.

• Em nota divulgada à imprensa, Gustavo Franco afirmou que seus atos foram referendados pelo senhor e pelo ex-presidente Fernando Henrique. O senhor confirma isso?

MALAN: É óbvio que sim. Não estou dizendo que há assinaturas minhas referendando este ou aquele ato. Mas o Gustavo Franco ocupava uma posição de confiança. Estava no cargo (a presidência do BC) porque nós o queríamos ali e, portanto, sabíamos do que ocorria.

• O senhor defende o foro privilegiado para pessoas que ocupam ou ocuparam cargos públicos, como os presidentes do Banco Central?

MALAN: Essa é uma discussão longa e pública e não pode ser decidida assim, tem que passar pelo Congresso.